



15º Congresso de Iniciação Científica

REPRESENTAÇÕES DO HOMEM DO SERTÃO NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO (1839-1859)

Autor(es)

LUCY DESJARDINS ROMANI

Orientador(es)

Luiz Francisco Albuquerque de Miranda

Apoio Financeiro

FAPIC

1. Introdução

No início do século XIX, o Brasil havia experimentado o processo de emancipação e, em consequência disto, procurava-se a legitimação do poder estabelecido após a Independência. Porém, com o retorno de D. Pedro I a Portugal, em 1831, a responsabilidade pelo governo do país passou aos regentes, pois o herdeiro do trono era uma criança (WEHLING, 1994, p.151-168). Assim, a monarquia constitucional foi considerada por muitos como a “melhor saída para a vida brasileira” e a maioria de D. Pedro II foi antecipada (CALLARI, 2001, p. 64). Nesse contexto, foi fundado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja preocupação principal era manter a integralidade política do país. Podemos observar, no IHGB, a influência das academias ilustradas dos séculos XVII e XVIII, nas quais a idéia de progresso foi desenvolvida. Por exemplo, no decorrer do século XIX, valorizam-se estudos etnográficos, arqueológicos e lingüísticos, em especial os relativos aos indígenas, que procuravam estabelecer uma linha evolutiva por meio da qual ficaria assinalada sua inferioridade em relação à civilização européia (GUIMARÃES, 1988, p.13). Outro aspecto era a preocupação com a construção da nacionalidade. Como alguns países da Europa, o Brasil também passava por um processo de estabelecimento do Estado Nacional ameaçado por forças separatistas. Assim, delineava-se a tarefa de garantir uma identidade para a Nação brasileira. No processo de construção dessa identidade, destaca-se o papel civilizador atribuído aos portugueses. Vincula-se um conceito de Nação restrito aos europeus, índios e negros sendo considerados um problema para sua constituição. Reconhecia-se a dificuldade de integrar na sociedade brasileira homens marcados pelo trabalho escravo ou pela vida selvagem. Índios e africanos eram vistos como entraves ao progresso. Assim, a leitura da história empreendida pelo IHGB está marcada por dois objetivos principais: elucidar a gênese da Nação brasileira e compreendê-la a partir dos conceitos de civilização e progresso.

2. Objetivos

Ao lado de personagens como o escravo ou o indígena, os sertanejos foram identificados ao longo da história brasileira como empecilhos para o avanço do processo civilizador. Buscamos investigar as diferentes matizes dessa representação na Revista trimestral do IHGB nos primeiros vinte anos de circulação, de 1839 a 1859. Para restringir o campo de pesquisa, analisamos documentos que tratam dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo e Goiás, áreas de fronteira entre a vida selvagem e a civilizada.

3. Desenvolvimento

Primeiramente fizemos um levantamento na Revista Trimestral do IHGB de artigos que abordassem as temáticas do projeto. Essa tarefa foi iniciada com a elaboração de fichas cadastrais dos textos selecionados. Uma segunda triagem foi feita no decorrer do processo de digitalização dos textos. Durante esse processo, fizemos a leitura de obras sobre o Império brasileiro e o IHGB. Fotografados, os textos foram lidos com o objetivo de identificar as caracterizações do homem do sertão no centro-sul do país. Conforme as leituras ocorriam, realizamos reuniões periódicas com o orientador nas quais o resultado observado foi discutido e as fichas cadastrais dos documentos preenchidas. Posteriormente, identificamos os tipos de documentos que eram publicados na Revista e o período em que foram produzidos. A partir da análise da documentação, notamos que a restrita sociabilidade dessas populações é pensada como um limite para o desenvolvimento de suas faculdades intelectuais. Isolados ou vivendo a parte do Estado e da economia de mercado, os sertanejos de várias regiões são entendidos como seres apáticos e rudes, produzindo apenas o necessário para a sobrevivência e alheios aos acontecimentos da nação e do mundo.

4. Resultados

Apresentaremos, aqui, uma das questões mais discutidas nos documentos publicados na Revista do IHGB, e que evidencia as representações do habitante do interior do Brasil: o modo pelo qual os indígenas, considerados selvagens, deveriam ser trazidos à civilização. Segundo Barata, em documento do início do século XIX sobre Goiás, o interior do Brasil era “despovoado de habitantes civilizados”, porém com muitos índios selvagens (1848, p. 345). Portanto, fazia-se necessário que essas populações fossem integradas e se tornassem úteis ao progresso do sertão. Essas propostas de integração nos remetem à maneira como os textos publicados na Revista representavam a passagem da vida selvagem para a civilizada. Dentre os autores analisados, vários apontam o trabalho como método mais eficaz de trazer os índios à civilização. Barbosa, em artigo publicado no primeiro ano da Revista, afirmou que “se forem chamados a um comércio vantajoso e a uma comunicação civilisadora, teremos, ao menos em seus filhos e netos uma classe trabalhadora que nos dispense a dos africanos” (1839, p.165). Nota-se uma preocupação em romper com o suposto isolamento do indígena. Barbosa se mostrou avesso à escravização dos índios, “causa principal do retardamento de sua civilização” (1839, p. 160). Navarro tinha a mesma opinião e afirmou que os “índios que vivem quase como escravos jamais podem ser úteis como poderiam ser ao Estado aqueles conservados perpetuando costumes gentílicos” (1846, p. 462). Porém, ao se referir às nações consideradas mais agressivas, Navarro defendeu a “violência como meio mais próprio de tornar tranquilas e habitáveis as terras em que transitam esses bárbaros”, que “não devem ficar em liberdade porque decerto retrocederão”(1846, p.449). Para que houvesse mais trabalho e riqueza, ele sugere a miscigenação, “degenerando a raça apática do índio”, tornando-o mais ativo (1846, p. 462). Para Couto, “o povo é a fonte e o princípio das riquezas do Estado, um povo bem dirigido, laborioso, comerciante e inteligente é rico” (1848, p. 325). Essa afirmação evidencia a importância do trabalho no processo de desenvolvimento do interior do país. Dessa forma, a inserção do índio na civilização por meio do trabalho era importante para essas regiões, pois ajudaria a superar a miséria e a ruína. Entretanto, os autores atestaram a dificuldade de impor aos índios e seus descendentes a disciplina de trabalho do mundo moderno. Referindo-se às populações não-indígenas do interior do Mato Grosso, Coutinho apontou a “falta de vontade de trabalhar” (1840, p. 292) e, como forma de estabelecer uma povoação miscigenada, os índios “não deveriam ser tratados como escravos ou servos, e sim como brancos” (1848, pp. 293-294), para que não fugissem. Para se evitar essas fugas, essas

povoações deveriam contar com homens “capazes do trabalho”, lavradores (homens brancos e escravos) que soubessem tirar proveito dos recursos existentes (1848, p. 295). Os índios fariam parte do processo se misturando com os demais. Tentar sujeitá-los de outra forma, segundo Coutinho, seria “violento, e o que assenta sobre violência não pode continuar, nem prosperar” (1848, p. 295). Já Coelho discutiu os “vadios” do interior de Minas Gerais. Segundo ele, esses vadios quase sempre eram mestiços e responsáveis por crimes violentos, sendo difícil controlá-los pela extensão do território. Assim, a melhor forma de governar seria induzi-los ao trabalho ou incorporá-los aos grupos que iriam combater índios e destruir quilombos (1852, pp. 347-348). Além disso, o trabalho é tido como um meio para a constituição do caráter dos homens. Serra, no final do século XVIII, afirmou que o trabalho na agricultura ou na mineração, é “indispensável para a conservação e decência do indivíduo” (1844, p. 157). A mesma preocupação aparece no texto de Reinault, de 1837, sobre os Botocudos de Minas Gerais. Para ele, esses índios “deveriam trabalhar para que lhes voltasse amor ao trabalho, esquecendo vícios e tornando-se úteis à sociedade e a si mesmos” (1846, p. 367). Os índios, empecilhos para o progresso, seriam então regenerados pelo trabalho. Além do trabalho, outros meios civilizatórios foram discutidos pelos autores. Tovar, em 1810, afirma que o aumento da população com o transporte naval contribui para a “civilização do gentio” (1844, pp. 351-358). Navarro destaca a “comunicação terrestre como primordial para a civilização dos povos” (1846, p. 460), o que reafirma a importância conferida ao estabelecimento de estradas no interior do país. Para Rubim, a melhor maneira de civilizar os Botocudos do Espírito Santo seria fazer estradas e promover o desenvolvimento econômico onde viviam e, assim, “atraí-los à brandura da civilização” ou castigar os que continuassem hostis (1856, pp. 189-190). Como exemplo de castigo aos índios hostis, podemos destacar a declaração de guerra da Coroa frente aos Botocudos em 1808 (1856, pp. 326-327). Portanto, além do trabalho e do contato permanente, a violência era considerada um meio legítimo de introduzir o progresso no sertão. Outro fator apontado para efetivar a civilização dos índios é a catequização. Reinault pensa que o “obstáculo dos índios é fácil de ultrapassar, confiando no zelo de um homem prudente e de capacidade reconhecida a catequização dos selvagens” (1846, p. 367). Barão de Antonina, segundo Elliot, “sempre nos recomenda toda a brandura com esta gente afim de por em prática seu plano de catequese, o que já em parte tem conseguido” (1848, p. 165). Barata insiste que os índios deveriam ser reduzidos, entre outros motivos, para “propagar a fé católica” (1848, pp. 344-345), de forma que fossem se esquecendo pouco a pouco de sua “liberdade quase sem limites”, pela “vantagem de viver em sociedade” (1848, p. 348) – os agrupamentos indígenas, portanto, não eram considerados verdadeiras “sociedades”. Não é de admirar que a elite civilizadora representasse freqüentemente o índio como um ser isolado vivendo em espaço quase deserto. Alguns documentos ressaltam a miscigenação como fator civilizador. Navarro chega a sugerir o “matrimônio dos índios com os brancos, fazendo assim degenerar a raça dos índios, preguiçosa, em uma raça nova mais ativa”, e que “por meio da união conjugal degenerare aquela raça indolente, doce e apática” (1846, p. 462). Rubim sugeriu o estabelecimento de prêmios para estimular as uniões entre brancos e índios (1856, pp. 313-326).

5. Considerações Finais

As características atribuídas aos indígenas e outros homens do sertão se confundem, pois estes, de certa forma, são resultado da tentativa de inserção daqueles no mundo civilizado. Pelo que pudemos observar, o homem do sertão é resultado da realização e ao mesmo tempo da frustração desse processo civilizador do índio, pois da mesma maneira que os autores propunham esse processo por meio do trabalho, do contato permanente, da catequese, da miscigenação e até da violência, eles parecem decepcionados com o resultado obtido. Em vez de transformar esses indivíduos em trabalhadores ativos e cidadãos responsáveis, o processo de integração manteve características consideradas indesejáveis associadas ao indígena como a apatia, a indolência, a preguiça e a inconstância. O homem do sertão, como o índio, aparecia, para os grupos que lideravam o IHGB, como figura problemática da fronteira civilizatória.

Referências Bibliográficas

BARATA, Francisco José Rodrigues. “Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao

melhoramento da agricultura e comercio de Goyaz”. In: *Revista do IHGB*, v. 11, n. supl., p.345.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Programa: se a introdução dos escravos africanos no Brazil embarça a civilização dos nossos indígenas”. In: *Revista do IHGB*, v.1, n.3, 1839, p. 165.

CALLARI, Cláudia Regina. “Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à Tiradentes”. IN: *Revista brasileira de história*. São Paulo, vol. 21, nº 40, 2001, pp. 59-81.

CASTRO, Martinho de Mello e. “Instrução para o Visconde de Barbacena L. A. F. de Mendonça, governador da capitania de Minas Gerais”. In: *Revista do IHGB*, v. 6, n.21, 1844, p. 18-19.

COELHO, João José Teixeira. “Instrução para o governo da capitania de Minas-Geraes”. In: *Revista do IHGB*, v. 15, s/nº, 1852, pp.347-348.

COUTINHO, Francisco de Sousa. “Informação sobre o modo porque se efetua presentemente a navegação do Pará para Mato Grosso”. In: *Revista do IHGB*, v. 2, n. 7, 1840, p. 292.

COUTO, José Vieira. “Memória sobre a capitania de Minas Geraes, seu território, clima e produções metallicas: sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brazil: sobre o commercio e exportação dos metais e interesses régios”. In: *Revista do IHGB*, v. 11, n. supl., 1848, p. 325.

ELLIOT, John Henrique. “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato-Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847”. In: *Revista do IHGB*, v. 10, 1848, p.165.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. IN: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. pp. 5-27.

NAVARRO, Luiz Thomaz de. “Itinerário da viagem que fez por terra, da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente, em 1808, o desembargador Luiz Thomaz de Navarro”. In: *Revista do IHGB*, v. 7, n. 28, 1846, p.462.

REINAULT, Pedro Victor. “Relatório da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos, feita por ordem do Ex.mo Governo de Minas Geraes”. In: *Revista do IHGB*, v. 8, 1846, p.367.

RUBIM, Francisco Alberto. “Notas, apontamentos e notícias para a história da província do Espírito Santo”. In: *Revista do IHGB*, v. 19, s/nº, 1856, pp.189-190.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Extracto da descrição de Mato-Grosse feita em 1797”. In: *Revista do IHGB*, v.6, n.22, 1844, p. 157.

TOVAR, Manoel Vieira de Albuquerque. “Carta Régia de 10 de agosto de 1810, sobre estrada para Minas pelo Rio Doce”. In: *Revista do IHGB*, v. 6, n. 23, 1844, pp.351-358.

WEHLING, Arno. *A invenção da história – Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFF/Universidade Gama Filho, 1994.